RESOLUÇÃO NORMATIVA N.º 20/21 – CMAS-SV

Dispõe da definição dos parâmetros municipais para a inscrição das entidades, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais no Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) de São Vicente

O **CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO VICENTE (CMAS)**, no uso de suas atribuições legais, conforme o que lhe confere a Lei Municipal nº 389-A de 17 de maio de 1996, alterada pela Lei Municipal nº 2.279-A de 11 de dezembro de 2009; seu Regimento Interno; e,

CONSIDERANDO o Artigo 3º da Lei Federal n.º 12.435, de 06 de julho de 2011, que dispõe sobre a organização da Assistência Social;

CONSIDERANDO o Decreto n.º. 6.308, de 14 de dezembro de 2007, que dispõe sobre as entidades e organizações de assistência social de que trata o artigo 3º da Lei Federal n.º 12.435, de 06 de julho de 2011 – que dispõe sobre a organização da Assistência Social;

CONSIDERANDO a Resolução Normativa CNAS n.º. 14, de 15 de maio de 2014, que define os parâmetros nacionais para inscrição das entidades ou organizações de Assistência Social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais nos CAS;

CONSIDERANDO a Resolução Normativa CNAS n.º 109, de 11 de novembro de 2009, que aprova a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais;

CONSIDERANDO a Resolução Normativa CNAS n.º 27, de 19 de setembro de 2011, que caracteriza as ações de assessoramento e defesa e garantia de direitos no âmbito da Assistência Social e seu respectivo anexo –resolução cnas 14 Matriz para Caracterização do Assessoramento e da Defesa e Garantia de Direitos na Política de Assistência Social;

CONSIDERANDO a Resolução Normativa CNAS n.º 33, de 28 de novembro de 2011, que define a Promoção da Integração ao Mercado de Trabalho no campo da Assistência Social e estabelece seus requisitos;

CONSIDERANDO a Resolução Normativa CNAS n.º 34, de 28 de novembro de 2011, que define a Habilitação e Reabilitação da pessoa com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária no campo da Assistência Social e estabelece seus requisitos;

CONSIDERANDO que os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais prestados por entidades e organizações de assistência social deverão estar em consonância com o conjunto normativo da Política Nacional de Assistência Social em vigor e suas Normas Operacionais Básicas, visando garantir padrões de qualidade na prestação de serviços e nas condições de trabalho;

CONSIDERANDO a Resolução n.º. 10/2014 do CMAS-SV, que dispõe acerca da aprovação dos modelos de requerimento de inscrição no Conselho de Assistência Social de São Vicente – CMAS-SV

CONSIDERANDO que o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº. 8.069, de 13 de julho de 1990) estabelece que as entidades que atuem com ações relacionadas à criança e ao adolescente devem, antes, ter registro no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA).

RESOLVE definir os parâmetros municipais para a inscrição das entidades, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais no Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) de São Vicente.

SEÇÃO I

Das definições

CAPÍTULO I

Das definições

Artigo 1º. – A inscrição das entidades ou organizações de Assistência Social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais no Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) de São Vicente, obedecerá ao disposto nesta resolução.

Parágrafo Primeiro – O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) de São Vicente, nesta resolução, passará a ser denominado, simplesmente, pela sigla CMAS-SV.

Parágrafo Segundo - O CMAS-SV padronizará e utilizará, única e exclusivamente, o termo “inscrição” para fins desta resolução.

Artigo 2º. - As entidades ou organizações de Assistência Social podem ser isolada ou cumulativamente:

- I. **de atendimento:** aquelas que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços, executam programas ou projetos e concedem benefícios de proteção social básica ou especial, dirigidos às famílias e indivíduos em situações de vulnerabilidades ou risco social e pessoal, nos termos das normas vigentes.
- II. **de assessoramento:** aquelas que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços e executam programas ou projetos voltados prioritariamente para o fortalecimento dos movimentos sociais e das organizações de usuários, formação e capacitação de lideranças, dirigidos ao público da política de assistência social, nos termos das normas vigentes.
- III. **de defesa e garantia de direitos:** aquelas que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços e executam programas ou projetos voltados prioritariamente para a defesa e efetivação dos direitos socioassistenciais, construção de novos direitos, promoção da cidadania, enfrentamento das desigualdades sociais e articulação com órgãos públicos de defesa de direitos, dirigidos ao público da política de assistência social, nos termos das normas vigentes.

Artigo 3º. - A entidade ou organização de Assistência Social, no ato da inscrição, deverá demonstrar:

- I. ser pessoa jurídica de direito privado, devidamente constituída, tendo sua natureza, objetivos e público-alvo compatíveis com a Lei Federal nº. 8.742/93 (LOAS) e demais normativas da Política Nacional de Assistência Social;

- II. aplicar suas rendas, seus recursos e eventual resultado, integralmente, no território nacional e na manutenção e no desenvolvimento de seus objetivos institucionais;
- III. que destinará, em caso de dissolução ou extinção, o eventual patrimônio social remanescente a entidade ou organização de Assistência Social congênere e, em sua falta, a entidade pública.

Parágrafo Único – As demonstrações de que trata o *caput* deste artigo, deverão estar expressas em estatuto e CNPJ da entidade ou organização de Assistência Social.

Artigo 4º. - A inscrição da entidade ou organização de Assistência Social e/ou dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais no CMAS-SV é a autorização de funcionamento no município, no âmbito da Política Nacional de Assistência Social, independentemente do recebimento ou não de recursos públicos.

Parágrafo Único - A oferta de atendimento, assessoramento e defesa e garantia de direitos deverá estar em conformidade com as normativas nacionais, bem como, em conformidade com a presente resolução.

Artigo 5º. - A entidade ou organização de Assistência Social deverá ter inscrição no CMAS-SV, se tiver sede e desenvolver atividades da área de Assistência Social, no município de São Vicente.

Parágrafo Primeiro – A entidade ou organização de Assistência Social que não tenha atuação preponderante na área da Assistência Social, mas, que também atua nesta área, deverá inscrever seus serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais.

Parágrafo Segundo - A entidade ou organização de Assistência Social cuja sede localize-se em outro município ou Distrito Federal e que atua no município de São Vicente, deverá inscrever seus serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais.

SEÇÃO II

Dos critérios para inscrição e documentos necessários

CAPÍTULO I

Dos critérios

Artigo 6º. - Os critérios para a inscrição da entidade ou organização de Assistência Social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais são, cumulativamente:

- I. executar ações de caráter continuado, permanente e planejado;
- II. assegurar que os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais sejam ofertados na perspectiva da autonomia e garantia de direitos dos usuários;
- III. garantir a gratuidade e a universalidade em todos os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais;
- IV. garantir a existência de processos participativos dos usuários na busca do cumprimento da efetividade na execução de seus serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais.
- V. possuir recursos humanos contratados em conformidade com as normativas vigentes, em especial a Norma Operacional Básica NOB-RH, do SUAS; caso haja voluntários, deverá ser apresentado o programa de voluntariado;

- VI. possuir instalações físicas adequadas ao tipo de atendimento que presta aos usuários da Assistência Social e de acordo com a realidade local, em conformidade com as normativas vigentes.

Parágrafo Único - Para fins de inscrição é vedado ao CMAS-SV fazer a análise das Demonstrações Contábeis e/ou exigir a alteração estatutária das entidades ou organizações de Assistência Social.

CAPÍTULO II

Dos documentos necessários para inscrição no CMAS-SV

Artigo 7º. - A entidade ou organização de Assistência Social deverá apresentar os seguintes documentos para obtenção da inscrição:

- I. requerimento (conforme Anexo I);
- II. cópia do estatuto social (atos constitutivos), registrado em cartório;
- III. cópia da ata de eleição e posse da atual diretoria, registrada em cartório;
- IV. plano de ação (conforme Anexo V);
- V. comprovante de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ.

Parágrafo Primeiro – As entidades ou organizações de Assistência Social que tiveram sua inscrição ou de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, cancelados, cuja oferta seja a mesma a ser requerida, deverão apresentar, também, relatório de atividades do ano anterior.

Parágrafo Segundo – As entidades ou organizações de Assistência Social que atuem ou realizem atividades e atendimento à criança e ao adolescente na oferta requerida, deverão apresentar registro vigente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) de São Vicente.

Artigo 8º. - As entidades ou organizações de Assistência Social, que atuam em mais de um município, deverão inscrever os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais no Conselho de Assistência Social, apresentando os seguintes documentos:

- I. requerimento, (conforme Anexo II);
- II. cópia do estatuto social (atos constitutivos), registrado em cartório;
- III. cópia da ata de eleição e posse da atual diretoria, registrada em cartório;
- IV. plano de ação (conforme Anexo V);
- V. comprovante de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ.
- VI. comprovante de inscrição no Conselho de sua sede ou onde desenvolva o maior número de atividades.

Parágrafo Único – As entidades ou organizações de Assistência Social que atuem ou realizem atividades e atendimento à criança e ao adolescente na oferta requerida, deverão apresentar registro vigente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) de São Vicente.

Artigo 9º. - As entidades ou organizações sem fins lucrativos que não tenham atuação preponderante na área da Assistência Social, mas que também atuam nessa área, deverão inscrever seus serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais,

além de demonstrar que cumprem os critérios do art. 6º, desta Resolução, mediante apresentação de:

- I. requerimento, (conforme Anexo III);
- II. cópia do Estatuto Social (atos constitutivos) registrado em cartório;
- III. cópia da ata de eleição e posse da atual diretoria, registrada em cartório;
- IV. plano de ação.
- V. comprovante de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ.
- VI. comprovante de inscrição no Conselho de sua sede (se houver)

Parágrafo Primeiro – As entidades ou organizações de Assistência Social que tiveram sua inscrição ou de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, cancelados, cuja oferta seja a mesma a ser requerida, deverão apresentar, também, relatório de atividades dos últimos anos, até o cancelamento da inscrição.

Parágrafo Segundo – As entidades ou organizações de Assistência Social que atuem ou realizem atividades e atendimento à criança e ao adolescente na oferta, deverão apresentar registro vigente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) de São Vicente.

SEÇÃO III

Do processo de inscrição e prazos

CAPÍTULO I

Do processo de inscrição

Artigo 10º. – Diante de requerimento de inscrição de entidade ou organização de Assistência Social, compete ao CMAS-SV:

- I. receber e analisar a documentação respectiva aos pedidos de inscrição, que se constituem nas seguintes etapas:
 - a) requerimento da inscrição e protocolo de recebimento;
 - b) análise documental, pela Comissão de Inscrição;
 - c) visita ou reunião técnica, quando necessária, para subsidiar a análise do processo;
 - d) elaboração do parecer parcial da Comissão de Inscrição;
 - e) diligência;
 - f) elaboração de parecer final, pauta, apresentação, discussão e deliberação sobre os processos em reunião plenária;
 - g) publicação da decisão da Plenária, por meio de Resolução Normativa;
 - h) emissão do comprovante (Declaração de Inscrição);
 - i) notificação à entidade ou organização de Assistência Social por ofício;
 - j) prazo para recurso;
 - k) envio de documentação ao órgão gestor para inserção dos dados no Cadastro Nacional de Entidades de Assistência Social (CNEAS)

Parágrafo Primeiro – O requerimento de inscrição deverá ser feito por e-mail (svcmas@hotmail.com), sendo que os documentos devem ser devidamente nomeados, anexados, no formato pdf.

Parágrafo Segundo – A entidade ou organização de assistência social que encaminhar os documentos requerendo inscrição receberá protocolo de confirmação de recebimento, caso todos os documentos relacionados no Capítulo II, da Seção II, da presente resolução,

tenham sido anexados. Do contrário, o CMAS-SV não enviará protocolo e a Comissão de Inscrição não iniciará a análise da documentação parcialmente enviada.

Parágrafo Terceiro – A entidade ou organização receberá convocação para participação na Reunião Ordinária referida no Parágrafo Quarto do Art. 13º., devendo apresentar a oferta requerida, sendo que, na impossibilidade de apresentação, pela entidade, a Plenária poderá deliberar na Reunião Ordinária seguinte.

Artigo 11º. – O CMAS-SV publicará, no site da Prefeitura Municipal de São Vicente, as deliberações da Plenária acerca das inscrições, como comprovante de inscrição da entidade ou organização de Assistência Social e/ou dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais aprovados.

Artigo 12º. – O CMAS-SV estabelecerá numeração única e sequencial para a emissão da inscrição, independentemente da mudança do ano.

CAPÍTULO II

Dos prazos do processo de inscrição

Artigo 13º. – O processo de inscrição de entidade ou organização de Assistência Social e/ou dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais seguirá os prazos estabelecidos na presente resolução.

Parágrafo Primeiro – Após o envio do protocolo de recebimento da documentação completa, a Comissão de Inscrição analisará a documentação em até 60 (sessenta) dias corridos, podendo ou não, neste prazo, realizar visita ou reunião técnica para subsidiar a análise do processo.

Parágrafo Segundo – A Comissão de Inscrição elaborará parecer parcial, no prazo estabelecido no Parágrafo Primeiro, devendo o CMAS-SV, comunicar a entidade ou organização, no caso de diligências.

Parágrafo Terceiro – A entidade ou organização terá o prazo de 7 (sete) dias corridos para responder às diligências (se houver), devendo apresentar todas as justificativas e/ou documentos solicitados, tendo, a Comissão de Inscrição, 15 (quinze) dias corridos para analisar a documentação apresentada na etapa de diligência e elaborar Parecer Final, a ser apresentado em Plenária.

Parágrafo Quarto – A sugestão da Comissão de Inscrição pelo deferimento ou indeferimento, será apresentada à Plenária do CMAS na Reunião Ordinária, imediatamente após a conclusão do Parecer Final.

SEÇÃO IV

Da revalidação de inscrição

CAPÍTULO I

Dos documentos e critérios para revalidação da inscrição

Artigo 14º. - As entidades ou organizações de Assistência Social inscritas deverão apresentar ao CMAS-SV, anualmente, a partir do primeiro dia útil de janeiro, até 30 de abril (ou datas apresentadas pelo CNAS em caráter excepcional):

- I. requerimento de revalidação (ANEXO);
- II. cópia simples de Estatuto Social (atos constitutivos), registrado em cartório (caso tenha havido alteração);
- III. cópia simples de Ata de Eleição e Posse da Atual Diretoria, registrada em cartório (caso tenha havido alteração);
- IV. plano de ação do corrente ano;
- V. relatório de atividades do ano anterior que evidencie o cumprimento do Plano de ação, destacando informações sobre o público atendido e os recursos utilizados.

Parágrafo Primeiro – O Plano de Ação a ser apresentado pela entidade ou organização de Assistência Social deverá conter:

- a) finalidades estatutárias;
- b) objetivos;
- c) origem dos recursos;
- d) infraestrutura;
- e) identificação de cada serviço, programas, projetos, e benefícios socioassistenciais, informando respectivamente:
 - e.1) público-alvo;
 - e.2). capacidade de atendimento;
 - e.3) recursos financeiros a serem utilizados;
 - e.4) recursos humanos envolvidos;
 - e.5) abrangência territorial;
 - e.6) demonstração da forma de como a entidade ou organização de Assistência Social fomentará, incentivará e qualificará a participação dos usuários e/ou estratégias que serão utilizadas em todas as etapas do seu plano: elaboração, execução, monitoramento e avaliação.

Parágrafo Segundo – O Relatório de Atividades a ser apresentado pela entidade ou organização de Assistência Social deverá conter:

- a) finalidades estatutárias;
- b) objetivos;
- c) origem dos recursos;
- d) infraestrutura;
- e) identificação de cada serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais executado, informando respectivamente:
 - e.1) público alvo;
 - e.2) capacidade de atendimento;
 - e.3) recurso financeiro utilizado;
 - e.4) recursos humanos envolvidos;
 - e.5) abrangência territorial;
 - e.6) demonstração da forma de como a entidade ou organização de Assistência Social fomentou, incentivou e qualificou a participação dos usuários e/ou estratégias que foram utilizadas em todas as etapas de execução de suas atividades, monitoramento e avaliação.

Artigo 15º. - O CMAS-SV encaminhará à entidade ou organização de Assistência Social inscrita, comunicado com a Resolução Normativa do CNAS, caso a data prevista no presente artigo tenha sido alterada em caráter excepcional.

Artigo 16º. - A entidade ou organização de Assistência Social que atue ou realize atividades e atendimento à criança e ao adolescente na oferta requerida, deverá

apresentar registro vigente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) de São Vicente.

CAPÍTULO II

Dos prazos do processo de revalidação

Artigo 17º. – O processo de revalidação de entidade ou organização de Assistência Social e/ou dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais seguirá os prazos estabelecidos na presente resolução.

Parágrafo Primeiro – Após o envio do protocolo de recebimento da documentação completa, a Comissão de Inscrição analisará a documentação em até 30 (trinta) dias corridos, podendo ou não, neste prazo, realizar visita ou reunião técnica para subsidiar a análise do processo.

Parágrafo Segundo – A Comissão de Inscrição elaborará parecer parcial, no prazo estabelecido no Parágrafo Primeiro, devendo o CMAS-SV, comunicar a entidade ou organização, no caso de diligências.

Parágrafo Terceiro – A entidade ou organização terá o prazo de 7 (sete) dias corridos para responder às diligências (se houver), devendo apresentar todas as justificativas e/ou documentos solicitados, tendo, a Comissão de Inscrição, 15 (quinze) dias corridos para analisar a documentação apresentada na etapa de diligência e elaborar Parecer Final, a ser apresentado em Plenária.

Parágrafo Quarto – A sugestão da Comissão de Inscrição pelo deferimento ou indeferimento, será apresentada à Plenária do CMAS na Reunião Ordinária, imediatamente após a conclusão do Parecer Final.

Parágrafo Quinto – A expedição de declaração de inscrição com validade atualizada será fornecida após o deferimento do processo.

SEÇÃO V DA FISCALIZAÇÃO

CAPÍTULO I Da fiscalização

Artigo 18º. - Compete ao CMAS-SV a fiscalização das entidades ou organizações de Assistência Social.

Artigo 19º. - O CMAS-SV deverá planejar o acompanhamento e a fiscalização das entidades ou organizações de Assistência Social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais inscritos, com os respectivos critérios.

Parágrafo Primeiro - O planejamento a que se refere o *caput* deve ser publicizado por meio de resolução do CMAS-SV.

Parágrafo Segundo - Entende-se por fiscalização aquela aplicada às entidades ou organizações de Assistência Social e ao conjunto das ofertas dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais inscritos.

SEÇÃO VI

Da interrupção das atividades e do cancelamento da inscrição

CAPÍTULO I

Da interrupção das atividades

Artigo 20º. - Em caso de interrupção ou encerramento de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais a entidade ou organização de Assistência Social deverá comunicar ao CMAS-SV, apresentando a motivação, as alternativas e as perspectivas para atendimento do usuário, bem como o prazo para a retomada dos serviços.

Parágrafo Primeiro - O prazo de interrupção dos serviços, não poderá ultrapassar seis meses sob pena de cancelamento da inscrição da entidade ou organização de Assistência Social e/ou dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, observado o disposto no Parágrafo Segundo, deste artigo.

Parágrafo Segundo - Cabe ao CMAS-SV acompanhar, discutir e encaminhar as alternativas para a retomada dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais interrompidos ou encerrados.

Artigo 21º. - As entidades ou organizações de Assistência Social inscritas deverão comunicar o encerramento de suas atividades, serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais ao CMAS-SV, no prazo de 30 dias.

CAPÍTULO II

Do cancelamento da inscrição

Artigo 22º. - A inscrição das entidades ou organizações de Assistência Social, dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais é por prazo indeterminado.

Parágrafo Primeiro - A inscrição da entidade ou organização, bem como serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais poderá ser cancelada a qualquer tempo, em caso de descumprimento dos requisitos

Parágrafo Segundo - Será garantido o direito à ampla defesa e ao contraditório à entidade ou organização ou serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais cancelado.

Artigo 23º. - Em caso de cancelamento da inscrição, o CMAS-SV deverá encaminhar, no prazo de cinco dias úteis, cópia da Resolução Normativa ao órgão gestor, para providências cabíveis junto ao Cadastro Nacional de Entidades de Assistência Social (CNEAS).

SEÇÃO VII

Dos prazos e condições para apresentação de recursos

CAPÍTULO I

Dos prazos e condições para apresentação de recurso, nos casos de indeferimento de requerimento de inscrição

Artigo 24º. - No caso de indeferimento do requerimento de inscrição, a entidade ou organização de Assistência Social deverá ser comunicada oficialmente, contendo todas as devidas justificativas de indeferimento.

Parágrafo Primeiro - Fica assegurado à entidade ou organização o direito à ampla defesa e ao contraditório, nos procedimentos administrativos de que trata a presente resolução, podendo ser assistida e/ou representada por advogado ou procurados, na forma da lei, nos casos de indeferimento do requerimento de inscrição.

Parágrafo Segundo - Nos casos de indeferimento, será concedido, à entidade ou organização, o prazo de 30 (trinta) dias corridos, para recurso que deverá ser enviado ao e-mail svcmass@hotmail.com, cujo análise e resultado será publicado em até 45 (quarenta e cinco) dias após o envio do recurso.

CAPÍTULO II

Dos prazos e condições para apresentação de recurso, nos casos de cancelamento de inscrição

Artigo 25º. – O CMAS-SV notificará a entidade ou organização, tendo, esta, o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da ciência, para apresentação de defesa. Caso a notificação seja feita por e-mail, o prazo será contado a partir da data de envio.

Artigo 26º. – A apresentação de defesa da entidade ou organização lhe confere efeito suspensivo ao cancelamento da inscrição, até a decisão final do processo, exceto nos casos de descumprimento que tratam o Artigo 14º.

SEÇÃO VIII

Do arquivamento do pedido de inscrição

CAPÍTULO I

Do arquivamento

Artigo 27º. – A entidade ou organização poderá, a qualquer tempo, requerer, por escrito, o arquivamento do requerimento de inscrição.

Artigo 28º. – O pedido de inscrição indeferido, cujo prazo tenha findado em todas as etapas será arquivado, devendo, a entidade ou organização, caso queira, entrar com novo requerimento.

SEÇÃO IX

Das disposições finais

CAPÍTULO I

Das disposições finais

Artigo 29º. - O CMAS-SV deverá promover, pelo menos, uma audiência pública anual com as entidades ou organizações de Assistência Social inscritas, bem como as que ofertam serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais com o objetivo de efetivar a apresentação destas à comunidade, permitindo a troca de experiências e ressaltando a atuação na rede socioassistencial e o fortalecimento do SUAS.

Artigo 30º. - O registro no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Página 10

(CMDCA) de São Vicente, das entidades e organizações de Assistência Social já inscritas no CMAS-SV, antes da publicação da presente resolução, que atuam com crianças e adolescentes nas ofertas inscritas, deverão ser apresentados, adequando-se à presente resolução, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, após comunicação expedida pelo CMAS-SV, sendo o descumprimento, passível de cancelamento da inscrição neste conselho, em conformidade com os artigos 90, 91 e 95 da Lei nº. 8.069, de 13 de julho de 1990.

Artigo 31º. – São anexos da presente resolução:

- a) Anexo I – Requerimento de inscrição: entidades ou organizações de Assistência Social de São Vicente;
- b) Anexo II – Requerimento de Inscrição: entidades que atuam em mais de um município;
- c) Anexo III – Requerimento de inscrição: que não são preponderantes da assistência
- d) Anexo IV – Requerimento de revalidação;
- e) Anexo V - Modelo de Plano de Ação;
- f) Anexo VI – Modelo de Relatório de Atividades;

Artigo 32º. – A presente Resolução Normativa entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário, em especial a Resolução Normativa nº 10/2014, do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS-SV.

São Vicente, 12 de maio de 2021

Felipe Silva Galvão

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social de São Vicente

Aprovada pelos Conselheiros do CMAS em 12/05/2021.

[USAR TIMBRADO DA ORGANIZAÇÃO]

ANEXO I

Requerimento de inscrição para entidades ou organizações de Assistência Social de São Vicente

Senhor (a) Presidente do Conselho de Assistência Social de São Vicente

A entidade abaixo qualificada, por seu representante legal infra-assinado, vem requerer sua inscrição neste Conselho.

A – Dados da Entidade:

Nome da Entidade:

CNPJ:

Código Nacional de Atividade Econômica Principal e Secundário:

Data de inscrição no CNPJ:

Endereço Completo (com CEP):

Tel.:

E-mail:

Site:

Inscrição:

CONSEA:

CMDCA:

CONSELHO DO IDOSO:

Outros (especificar):

Síntese dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais realizados no município (descrever todos):

Relação de todos os estabelecimentos da entidade (CNPJ e endereço completo, se houver):

B – Dados do Representante Legal:

Nome:

Endereço Completo (com CEP):

Tel.:

Celular:

E-mail:

RG:

CPF:

Data nascimento:

Escolaridade:

Período do Mandato:

C – Informações adicionais: (descrever demais informações, como, por exemplo, documentação anexada / encaminhada; eventuais justificativas etc.)

Termos em que pede deferimento.

São Vicente, ____ de _____ de 20 ____.

Assinatura do representante legal da entidade

[USAR TIMBRADO DA ORGANIZAÇÃO]

ANEXO II

Requerimento de Inscrição para entidades que atuam em mais de um município

Senhor (a) Presidente do Conselho de Assistência Social de São Vicente

A entidade abaixo qualificada, com atuação também neste município, por seu representante legal infra-assinado, vem requerer a inscrição dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais abaixo descritos, nesse Conselho.

A – Dados da Entidade:

Nome da Entidade:

CNPJ:

Código Nacional de Atividade Econômica Principal e Secundário:

Data de inscrição no CNPJ:

Endereço Completo (com CEP):

Tel.:

E-mail:

Site:

A entidade está inscrita no Conselho Municipal de Assistência Social de _____, sob o número _____, desde ____/____/____.

Síntese dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais realizados no município (descrever todos):

B – Dados do Representante Legal:

Nome:

Endereço Completo (com CEP):

Tel.:

Celular:

E-mail:

RG:

CPF:

Data nascimento:

Escolaridade:

Período do Mandato:

C – Informações adicionais: (descrever demais informações, como, por exemplo, documentação anexada / encaminhada; eventuais justificativas etc.)

Termos em que pede deferimento.

São Vicente, ____ de _____ de 20____.

Assinatura do representante legal da entidade

[USAR TIMBRADO DA ORGANIZAÇÃO]

ANEXO III

Requerimento de inscrição: que não são preponderantes da assistência

Senhor (a) Presidente do Conselho de Assistência Social de São Vicente

A entidade abaixo qualificada, por seu representante legal infra-assinado, vem requerer a inscrição dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais abaixo descritos, nesse Conselho.

A – Dados da Entidade:

Nome da Entidade:

CNPJ:

Código Nacional de Atividade Econômica Principal e Secundário:

Data de inscrição no CNPJ:

Endereço Completo (com CEP):

Tel.:

E-mail:

Site:

Atividade Principal: _____

Síntese dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais realizados no município (descrever todos):

B – Dados do Representante Legal:

Nome:

Endereço Completo (com CEP):

Tel.:

Celular:

E-mail:

RG:

CPF:

Data nascimento:

Escolaridade:

Período do Mandato:

C – Informações adicionais: (descrever demais informações, como, por exemplo, documentação anexada / encaminhada; eventuais justificativas etc.)

Termos em que pede deferimento.

São Vicente, ____ de _____ de 20____.

Assinatura do representante legal da entidade

[USAR TIMBRADO DA ORGANIZAÇÃO]

ANEXO IV

Requerimento de revalidação de inscrição

Senhor (a) Presidente do Conselho de Assistência Social de São Vicente

A entidade abaixo qualificada, vem por meio deste, encaminhar documentação, em conformidade com Resolução Normativa nº. **20/21**, do Conselho Municipal e Assistência Social (CMAS-SV), para revalidação de inscrição:

A – Dados da Entidade:

Nome da Entidade:

CNPJ:

Data de inscrição no CNPJ:

Endereço Completo (com CEP):

Tel.:

E-mail:

Site:

A entidade está inscrita no Conselho Municipal de Assistência Social de São Vicente, sob o número _____.

Síntese dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais realizados no município (descrever todos):

B – Dados do Representante Legal:

Nome:

Endereço Completo (com CEP):

Tel.:

Celular:

E-mail:

RG:

CPF:

Data nascimento:

Escolaridade:

Período do Mandato:

C – Informações adicionais: (descrever demais informações, como, por exemplo, documentação anexada / encaminhada; eventuais justificativas etc.)

Sem mais,

São Vicente, ____ de _____ de 20 ____.

Assinatura do representante legal da entidade

Anexo V
Plano de Ação

Conforme preconiza a Resolução Normativa nº 20/2021 CMAS São Vicente

I – CARACTERIZAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO

TÍTULO DO PLANO DE AÇÃO (Nome do Serviço, Programa ou Projeto)

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL (Assinalar a Resolução Normativa do CNAS que embasa a execução da oferta)

- Resolução Normativa N.º 109/2009 – Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais;
- Resolução Normativa N.º 27/2011 – Assessoramento, Defesa e Garantia de Direitos;
- Resolução Normativa N.º 33/2011 - Acesso ao Mundo do Trabalho;
- Resolução Normativa N.º 34/2011 – Habilitação e Reabilitação da Pessoa com Deficiência.

ORGANIZAÇÃO PROPONENTE

NOME:

CNPJ:

DESCRIÇÃO DA ORGANIZAÇÃO

PRESIDENTE:

RG:

CPF:

SEDE DA ENTIDADE:

ENDEREÇO DO SERVIÇO:

TELEFONE:

E-MAIL:

Nº INSCRIÇÃO NO CMAS: nº

MANDATO DA DIRETORIA:

TÉCNICO RESPONSÁVEL:

nº órgão de classe

FUNÇÃO:

RESUMO DO PLANO DE AÇÃO**II – CONTEXTO DO PLANO DE AÇÃO****RELEVÂNCIA DO PLANO DE AÇÃO****PROCESSO DE ACESSO DO PÚBLICO ALVO****PÚBLICO ALVO E DISPONIBILIDADE**

DISPONIBILIDADE PARA O SUAS:

III – ORGANIZAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO**OBJETIVO GERAL:**

OBJETIVO ESPECÍFICO	AÇÃO	RESULTADO ESPERADO
1.	A.	A.
	B.	B.
	C.	C.
2.	A.	A.

IV – AVALIAÇÃO DO PROCESSO E RESULTADOS**AVALIAÇÃO PROCESSUAL**

OBJETIVO ESPECÍFICO	CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	INDICADORES QUANTITATIVOS	INDICADORES QUALITATIVOS	FORMA DE COLETA DE DADOS	PERIODICIDADE
1.	A.	A.	A.	A.	A.
	B.	B.	B.	B.	B.
	C.	C.	C.	C.	C.
	D.	D.	D.	D.	D.
2.	A.	A.	A.	A.	A.
	B.	B.	B.	B.	B.

	C.	C.	C.	C.	C.
	D.	D.	D.	D.	D.
	E.	E.	E.	E.	E.
3.	A.	A.	A.	A.	A.
	B.	B.	B.	B.	B.
	C.	C.	C.	C.	C.
	D.	D.	D.	D.	D.

[INSERIR TIMBRADO DA ORGANIZAÇÃO]

**ANEXO VI
RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DE ATIVIDADES**

PERÍODO DE REFERÊNCIA: _____

ÓRGÃO EXECUTOR:	SERVIÇO/PROGRAMA/PROJETO:
INSCRIÇÃO CMAS Nº	PÚBLICO ALVO:

Nº de atendidos												
Mês/ Atividade	Jan	Fev	Mar	Abr	Maio	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Programada												
Executada												

Atividades Realizadas por Serviço:

Quais os principais desafios do período:

Quais as causas desses desafios:

Proposta de superação:

Resultados e Avanços encontrados durante este período:

Listagem de atendidos constando nº de NIS e Nome

Observações necessárias:

São Vicente, ____ de _____ de 2014.

**Assinatura e nº de Conselho
Técnico responsável**

**Assinatura
Presidente ou Diretor**